

**A ECONOMIA DO CONHECIMENTO PRESENTE NOS
DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT):
UMA CRÍTICA MARXISTA**

Aline Nunes Paiva¹
Maria Edleuza da Silva²
Williany Magna Lima da Silva³
Maria das Dores Mendes Segundo (orientadora)⁴

RESUMO:

Em tempos de crise estrutural do capital, o complexo da educação é reconfigurado visando atender a manutenção e reprodução das taxas de lucro. Assim sendo, partindo do pressuposto de que a educação se transforma em importante instrumento político-ideológico na formação das consciências da classe trabalhadora em prol da governabilidade e sustentabilidade do capital, o artigo ora apresentando, de natureza teórico-bibliográfica e documental, apresenta como objetivo analisar a categoria economia do conhecimento presente nos documentos estratégicos do Banco Mundial dando ênfase aos Relatórios de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) e às declarações resultantes dos inúmeros fóruns e conferências da EPT, realizados, sobretudo, a partir da década de 1990. Ancorados na ontologia marxiana, procuramos desvelar os nexos e contradições da relação educação e economia presentes nos principais documentos que traçam as diretrizes da Educação para Todos nos países pobres e tomadores de empréstimos. Diante do exposto, constatamos nos documentos examinados que estes trazem em seu bojo o caráter economista de uma educação voltada para o mercado e, portanto, uma variável econômica indispensável ao desenvolvimento das sociedades ditas do conhecimento do século XXI. Contudo, asseveramos que a falácia em torno da educação como um investimento constitui-se um

¹ Graduando do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos- FAFIDAM-UECE. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPQ. Pesquisadora e colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/UECE.

² Graduando do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos- FAFIDAM-UECE. Bolsista de Iniciação Científica – FUNCAp Pesquisadora e colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/UECE.

³ Graduando do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos- FAFIDAM-UECE. Bolsista de Iniciação Científica – Provic- Uece. Pesquisadora e colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/UECE.

⁴ Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE. Professora Colaboradora do Mestrado Acadêmico de Educação da UECE. Pesquisadora e colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/UECE.

mecanismo ideológico para a reprodução do capital em crise, contribuindo cada vez mais para a hegemonia dos países de capitalismo avançado que controlam as nações periféricas por meio do Programa de Educação para Todos.

Palavras-chave: Economia do conhecimento. Educação para Todos. Crítica marxista.

Com o intuito de atender as exigências de produção e reprodução do capital em crise estrutural, os organismos internacionais, principais responsáveis pela manutenção da sociedade de classes, vão lançar novos paradigmas em todos os setores da vida social e principalmente na educação que, seguindo a lógica de mercado, passa a ser concebida como a mola propulsora para o desenvolvimento das nações que se encontram sob a tutela do capital. Nesse sentido, existe uma estreita relação entre educação e economia, relação esta que reforça a ideologia da educação como sinônimo de formação de mão-de-obra minimamente qualificada; de solução para a pobreza e, para a sustentabilidade das falaciosas sociedades do conhecimento e da informação.

Segundo Tonet (2007) os rebatimentos da crise do capital na educação se revelam na inadequação que a mesma sofreu frente aos novos padrões de produção e às novas formas de relações sociais, visto que os antigos métodos, formas, conteúdos, técnicas e políticas educacionais já não serviam para formar os indivíduos para a nova realidade: trabalhadores empreendedores, cidadão-cliente. Ainda de acordo com Tonet, a educação sofre uma ressignificação ao adquirir um caráter mercantil constituindo-se numa nova área de investimento para o capital, o que vai intensificar o processo de privatização e a transformação da mesma em mercadoria.

Assim sendo, partindo do pressuposto de que a educação se transforma em importante instrumento político-ideológico na formação das consciências da classe trabalhadora em prol da governabilidade e sustentabilidade do capital, o artigo ora apresentando, de natureza teórico-bibliográfica e documental, apresenta como objetivo analisar a categoria economia do conhecimento presente nos documentos estratégicos do Banco Mundial dando ênfase aos Relatórios de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) e às declarações resultantes dos inúmeros fóruns e conferências da EPT, realizados, sobretudo, a partir da década de 1990. Ancorados na ontologia marxiana, procuramos desvelar os nexos e contradições da relação educação e economia

presentes nos principais documentos que traçam as diretrizes da Educação para Todos nos países pobres e tomadores de empréstimos.

Nessa esteira, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que representa o marco inicial do Programa de EPT e a partir da qual os organismos internacionais assumem definitivamente o status de organizadores da educação a nível global, foi instituída na Conferência Mundial de EPT realizada em 1990 na cidade de Jomtien na Tailândia trazendo como recomendação maior que os países ofertem uma educação capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. O referido documento já apontava para uma educação atrelada ao desenvolvimento econômico, haja vista que a instrução a ser oferecida aos sujeitos deve propiciar o “aumento da aquisição, por parte dos indivíduos e famílias, dos conhecimentos, habilidades e valores necessários a uma vida melhor e um desenvolvimento racional e constante...” (Unesco, 1990, p. 10). Ainda no discurso da declaração, a educação básica deve estar correlacionada a um contexto socioeconômico mais amplo, assumindo o papel de fomentar o desenvolvimento e constituindo-se no “mais importante investimento que se pode fazer no povo e no futuro de um país” havendo, portanto, um “forte argumento moral e econômico” para que a educação para todos seja levada a cabo, sendo necessário, para tal, realizar uma política de ajustes e reformas que priorizem a descentralização, racionalização, flexibilização e criação de parcerias.

Passados dez anos do lançamento do Programa de Educação para Todos, realizou-se em Senegal, no ano 2000, o Fórum Mundial de Dakar do qual resultou o documento “Educação para Todos: o compromisso de Dakar”, publicado pela Unesco no mesmo ano. O citado documento vem reafirmar o pacto de Educação para Todos, avaliando o desempenho dos países no desdobramento das recomendações da declaração que lhe antecedeu e lançando seis metas⁵ de EPT que devem fazer parte da agenda positiva de governos do mundo inteiro.

⁵ O Marco de Ação de Dacar/Senegal em 2000 reiterou o papel da educação como um direito fundamental e estabeleceu as seis metas de EPT que devem ser cumpridas pelos países que firmaram o compromisso de Educação para Todos até 2015. As seis metas visam: **1.** Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência; **2.** Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade; **3.** Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida; **4.** Alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos; **5.** Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gêneros na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa

De acordo com o documento “Educação para Todos: o compromisso de Dakar”, a educação:

“é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização.” (Unesco, 2000, p. 8).

Nessa perspectiva, o referido texto afirma ainda que as nações e as famílias que não tiverem acesso ao ensino elementar estão fadadas à miséria e sua consequente marginalização por não possuírem as ferramentas para acompanhar as sociedades que estão cada vez mais avançadas e inseridas numa economia internacional, visto que “não se pode esperar que país algum se desenvolva como economia moderna e aberta sem ter certa proporção de sua força de trabalho com educação secundária completa” (Unesco, 2000, p. 19).

Um dos desdobramentos do plano de ação do Fórum de Dakar foi a publicação anual de relatórios, dada a recomendação expressa no documento de que se fazia necessário um monitoramento periódico dos países que assumiram o tão apregoado compromisso de Educação para Todos.

Assim sendo, os Relatórios de Monitoramento Global de Educação para Todos, publicados desde 2003 pela Unesco, em total consonância com as diretrizes impostas pelos organismos internacionais para a educação dos países pobres, fazem um apanhado geral da situação dos 164 países que se comprometeram com as metas de EPT, lançadas em Jomtien em 1990 e reiteiradas em Dakar no ano 2000, analisando o seu desempenho em relação ao cumprimento das referidas metas.

Face a reestruturação econômica e social decorrentes da crise estrutural do capital, os organismos multilaterais, sob a tutela do Banco Mundial, assumiram o papel de organizadores da educação a nível mundial, que por sua vez é reconfigurada nos moldes do capitalismo globalizado passando a ser considerada a chave para o desenvolvimento econômico sustentável e para o alívio da miséria.

qualidade; 6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização lingüística e matemática e na capacitação essencial para a vida.

É seguindo essa direção que os Relatórios de Monitoramento concebem a educação como uma ferramenta para o desenvolvimento da economia e como a redenção para a atual barbárie social.

O Relatório de Monitoramento Global da EPT 2003/04 intitulado “Gênero e Educação para Todos: O salto rumo à igualdade” faz um monitoramento dos avanços dos países na consecução das metas de EPT dando ênfase às questões de gênero e igualdade na educação. Tal documento aponta a desigualdade educacional como uma barreira para o desenvolvimento econômico e revela que por trás das ações que buscam garantir a igualdade entre os gêneros, existem interesses econômicos e sociais movidos por razões desenvolvimentistas. Isso porque segundo o Relatório, investir na educação das meninas gera um retorno para a economia, visto que a educação feminina irá garantir oferta de mão-de-obra e gerar um impacto na fertilidade, o que contribuirá para o aumento da produtividade e redução da pobreza.

Assim sendo, o contexto de desenvolvimento das políticas que procuram promover a igualdade educacional é influenciado pelas tendências econômicas globais e pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Dessa maneira, em uma sociedade globalizada e industrializada a educação está relacionada ao desempenho de acordo com os padrões de eficácia e produtividade e em afinidade com as bases de uma dita economia do conhecimento e da informação.

O Relatório mostra ainda que os países que possuem os maiores índices de disparidade de gênero são os mais carentes economicamente. O que revela, de acordo com o documento, que além da histórica e tradicional discriminação da mulher, a pobreza, os conflitos, o casamento e a gravidez precoces e a disseminação do HIV são as principais causas e consequências das desigualdades educacionais. Nesse sentido, deixa claro que uma reforma educacional é necessária, e esta por sua vez, constitui-se numa das dimensões pertencentes à reformas mais amplas que promovam a democratização, a redução da pobreza e o bem-estar econômico.

O Relatório de Monitoramento Global “Educação para Todos: O imperativo da Qualidade” lançado em 2005, que trata da qualidade educacional, enfatiza que os diversos benefícios sociais da educação estão relacionados a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, que por sua vez é definida a partir dos objetivos que a educação tem dentro da sociedade.

De acordo com o Relatório, existe uma forte ligação entre educação e sociedade, portanto, uma educação de qualidade, onde se busca alcançar a excelência, traz retornos benéficos para a economia, pois, como nos revela o documento, a qualidade impacta diretamente na renda individual e no crescimento econômico, visto que a escolarização formal é um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento das habilidades do indivíduo levando a um aprimoramento da força de trabalho e de capital humano.

É por isso que uma das razões, explícita no Relatório, que justifica a preocupação em relação a qualidade, está no fato de que “uma sociedade com melhor nível de educação pode traduzir-se em taxas de inovação mais elevadas, maior produtividade em geral por meio da capacidade das empresas de introduzir métodos novos e mais produtivos, e maior agilidade na introdução de novas tecnologias.” (Unesco, 2005, p.41).

Dando continuidade ao acompanhamento das metas de EPT, no Relatório de Monitoramento Global, publicado em 2006 e intitulado “Alfabetização para a vida”, a alfabetização é apresentada como um direito humano e constitui-se um fenômeno social fundamental para a participação econômica, política e social, para a redução da pobreza e para o desenvolvimento das tão faladas sociedades do conhecimento e da informação.

O documento traz ainda o fato de que lidar com a alfabetização global é um imperativo moral e desenvolvimentista e que esse objetivo torna-se mais urgente pelo fato de a globalização ter aumentado a demanda por conhecimentos de leitura e escrita em várias línguas.

Porém a realidade apontada pelo Relatório é de que muitos alunos deixam a escola sem terem adquirido as habilidades mínimas de leitura e escrita e de que um quinto da população adulta do mundo (771 milhões de adultos) não possui as ferramentas necessárias para participar ativamente na sociedade em que vivem, sendo que esse problema afeta principalmente as pessoas de baixa renda, as mulheres e os grupos marginalizados, ou seja, existem fortes correlações entre analfabetismo e pobreza.

O Relatório também enfatiza que a alfabetização traz múltiplos benefícios para a economia, sendo os retornos econômicos da alfabetização comparáveis favoravelmente aos retornos da educação formal. Isso porque, diante das transformações sociais, e em

consonância com a teoria do capital social, a alfabetização passa a ser entendida como “alfabetização funcional” e está estreitamente ligada à produtividade e ao desenvolvimento econômico.

É seguindo essa lógica que o Relatório de Monitoramento 2006 deixa claro que os países devem investir em alfabetização, argumentando que a mesma traz benefícios humanos, sociais, culturais, políticos e, principalmente, econômicos.

Em 2007 foi lançado o Relatório de Monitoramento “Bases Sólidas: Educação e Cuidados na Primeira Infância” que enfatiza o primeiro dos seis objetivos de Educação Para Todos (EPT) que trata da importância da educação e os cuidados na primeira infância. De acordo com o mesmo, a ECPI (Educação e Cuidados na Primeira Infância) pode melhorar o bem-estar das crianças em um mundo em constante desenvolvimento, além do que, a primeira infância é o período de desenvolvimento que lançará as bases para aprendizagens futuras.

Segundo o Relatório, o cuidado com essa etapa da vida traz altos benefícios para a sociedade, porque “A ECPI oferece uma relação custo-benefício favorável, pois institui medidas preventivas e apoio às crianças em tenra idade, o que é melhor do que ter que compensar suas desvantagens quando se tornam mais velhas.” (Unesco, 2007, p.05). Outra vantagem apresentada pelo documento é que o investimento em programas de ECPI gera significativos retornos para a economia, eliminando as desigualdade e inequidades principalmente para as crianças pobres. Nesse sentido, o relatório deixa claro que investir em programas para a primeira infância, é investir em capital humano a longo prazo.

A edição do Relatório de Monitoramento Global: Brasil, 2008 que traz como título “Educação para Todos em 2015: Alcançaremos a meta?” faz uma análise abrangendo as seis metas de EPT firmadas no Marco de Ação de Dakar em 2000, abordando os avanços alcançados por vários países, assim como os obstáculos a serem enfrentados para que a Educação para Todos seja efetivada no prazo acordado.

De acordo com o documento, os países que se encontram mais longe de atingir as metas são os que estão em situação de conflito e de fragilidade econômica, política e social, apresentando baixos índices de desenvolvimento educacional. Desse modo,

ênfatiza que o alcance dos objetivos de Dakar dependerá do crescimento econômico e dos recursos governamentais destinados à educação básica.

O relatório traz à luz a situação dos vários países, inclusive o Brasil, chamando a atenção para as desigualdades no interior deles. Desigualdades estas que são apontadas como sérios entraves para a concretização das metas de EPT. O documento reconhece que o desenvolvimento econômico das nações depende da superação das desigualdades educacionais, estas por sua vez, vêm sendo tema central das agendas governamentais e da sociedade civil organizada. Nesse contexto, o relatório reafirma a educação como um direito humano fundamental e como uma das ferramentas mais eficazes para alcançar o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico reduzindo a fome, o trabalho infantil, melhorando a saúde e a renda e promovendo a paz.

O Relatório de Acompanhamento Global de Educação para Todos – “Superando a desigualdade: por que a governança é importante” de 2009, afirma a incapacidade de governos do mundo inteiro em combater as desigualdades profundas e persistentes que assolam a educação e condenam milhões de crianças a uma vida precária de oportunidades reduzidas, o que se constitui um forte obstáculo na concretização das metas de Educação para Todos.

Essas desigualdades também provocam sérios entraves para a economia. De acordo com o Diretor Geral da UNESCO Koichiro Matsuura (2009), os governos devem agir rapidamente para modificar o quadro de desigualdade educacional, pois, “as oportunidades de educação desiguais alimentam a pobreza, a fome, a mortalidade infantil e reduzem as possibilidades de crescimento econômico.” Assim sendo, percebe-se que as disparidades nacionais servem como um espelho das desigualdades globais.

É nesse sentido que os países membros da Unesco devem tomar uma série de medidas que visam remediar as desigualdades extremas, tais como, gratuidade na educação básica, aumento no investimento público, incentivos para meninas e grupos marginalizados e um compromisso fortalecido com a tão almejada educação de qualidade.

Em 2010 foi publicado pelo escritório da Unesco o Relatório de Monitoramento Global “Alcançar os Marginalizados” cuja preocupação se revela no fato de a crise financeira e econômica global ter impactado tanto nos sistemas bancários mundiais como em todas as áreas do desenvolvimento humano, principalmente na educação.

O documento adverte que a desaceleração econômica decorrente da crise pode comprometer os progressos alcançados em Educação para Todos ao longo da última década, e que em meio ao abalo dos sistemas financeiros, ao aumento do preço dos alimentos e ao conseqüente aumento da pobreza, cerca de 72 milhões de crianças ficarão fora da escola, perdendo assim, segundo o relatório, a sua oportunidade de terem uma educação capaz de tirá-las da pobreza.

De acordo com o Relatório “Alcançando os marginalizados”, a restrição à educação é uma violação dos direitos humanos, reforça o quadro de desigualdade e retarda o crescimento econômico, isso porque em uma economia global baseada no conhecimento e na informação, os saberes e habilidades são fundamentais para o desenvolvimento das nações e redução da marginalização.

Diante dos riscos que a educação está correndo, o relatório chama a atenção para uma educação inclusiva, argumentando que somente um sistema educacional que inclua “os marginalizados” terá a capacidade de prover os recursos essenciais para a construção das sociedades do conhecimento do século XXI. E afirma ainda que a comunidade internacional tem um importante papel de apoiar os países na proteção e expansão dos seus sistemas educacionais, ajudando-os a sair da crise em que se encontram, crise esta que é resultado das contradições que caracterizam o atual sistema de produção e acumulação capitalista.

Em conformidade com a situação de miséria de muitos países e ao conjunto de dados relativos a pobreza e a marginalização na educação, o documento recorre a um novo mecanismo para medir a “pobreza em educação” estabelecendo o limite mínimo de quatro anos de escolaridade. Ao que nos parece, esse limite mínimo de pobreza em educação é um reflexo das disparidades que assolam os países que não se encontram sob a hegemonia do capital

Recentemente, foi publicado o Relatório de Monitoramento Global 2011, intitulado “A crise oculta: conflitos armados e educação” que traz à tona a situação dos países afetados por conflitos armados, revelando que os mesmos são os que se encontram mais distantes de alcançar as metas de EPT.

De acordo como o relatório, as guerras que afligem os países impactam diretamente na educação, que por sua vez, acaba entrando em crise. Como se expressa no documento, a crise oculta na educação dos países afetados pelos conflitos compromete as chances de crescimento econômico e redução da pobreza, reforçando

um padrão desigual de globalização, constituindo-se assim, num desafio global que exige uma resposta internacional.

Os dados revelam ainda que em países pobres afetados por conflitos, 28 milhões de crianças estão fora da escola e somente 79% dos jovens são alfabetizados, sendo que os sistemas educacionais em muitos países atingidos por conflitos não proporcionam aos jovens as qualificações exigidas pelas sociedades do conhecimento e que são tão necessárias, segundo o discurso do relatório, para a redução da miséria e do desemprego.

Diante da análise dos documentos estratégicos do Programa de Educação para Todos que legitimam e moldam a educação para os países pobres, apreende-se que tais documentos, publicados com o aval Banco Mundial, trazem em seu bojo as diretrizes e recomendações para a educação dos países periféricos e revelam que a educação se constitui a atividade humana por excelência capaz de impulsionar as chamadas economias do conhecimento do século XXI de acordo com os padrões mercadológicos de produtividade e eficiência, sendo fundamental para formação de capital social, que por sua vez atua como mecanismo de manipulação das consciências ao colocar sob os ombros dos indivíduos a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico, pessoal e social, enfatizando a importância da educação para a empregabilidade e superação “pacífica” da pobreza e dos conflitos inerentes ao capitalismo.

Perante a emergência de uma sociedade do conhecimento, imposta pela ordem social vigente, os referidos documentos apresentam a educação como uma variável econômica que deve ser configurada de acordo com as exigências de produção e reprodução do capital em crise, assumindo, nesse contexto, a função de dar suporte ideológico à atual crise que assola todos os âmbitos da vida social numa sociedade capitalista de classes que se sustenta na exploração humana e através de artifícios ideológicos que mascaram a realidade contraditória e a barbárie promovida pelo capital.

Em virtude disso, os organismos internacionais interferem diretamente na educação dos países que se comprometeram com as metas de EPT, promovendo uma verdadeira reconfiguração de suas políticas educacionais, sobretudo no que diz respeito à racionalização de custos, a descentralização mediante a municipalização do ensino e a sua flexibilização e, a criação de parcerias.

REFERÊNCIAS

Duarte, N. (2000). Vigotski e o “Aprender a Aprender”. Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós-Modernas da Teoria Vigotskiana. SP: Autores Associados.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o Fundef no centro do debate.** (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC. 2005.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. A crise atual. Cadernos Ensaio, nº 17. São Paulo: Editora Ensaio, 1998. p. 160-179.

Relatório de Iniciação Científica PIBIC da pesquisa **A relação ‘Economia Política da Educação’ e o financiamento do ensino básico brasileiro: uma análise crítica ao Fundeb.** Coordenado pela Profa. Maria das Dores Mendes Segundo. PROPGPq - UECE em 28 de junho de 2011.

_____. Relatório de Acompanhamento Global da Educação para Todos (2003), Introdução: 2003/2004- Versão Resumida- Gênero e Educação para Todos; o salto rumo à igualdade – Relatório Conciso – Retirado em 19/06/2004 do Wide Web www.unesco.org.br.

_____. Relatório de Acompanhamento Global da EPT, 2005. Versão Resumida – O Imperativo da Qualidade – Relatório Conciso – Disponível em: www.unesco.org.br. Acesso em: 19.06.2009

_____. Relatório de Acompanhamento Global da EPT, 2006. Versão Resumida – Alfabetização para a vida – Relatório Conciso – Disponível em: www.unesco.org.br. Acesso em: 19.06.2009

_____. Relatório de Acompanhamento Global da Educação Para Todos - EPT - 2000. Brasil, 2007. Relatório. Disponível em: www.unesco.br. Acesso em: 20 jul. 2007

_____. Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? – Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: [www.brasilia.unesco.org/areas/educaçã](http://www.brasilia.unesco.org/areas/educa%C3%A7%C3%A3o/institucional/EFA/relat%C3%B3rios) /institucional/EFA /relatórios - Acesso em 04.02.2009.

_____. Relatório de Monitoramento de Educação para Todos - 2009: Superando a desigualdade: por que a governança é importante – Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: [www.brasilia.unesco.org/areas/educaçã](http://www.brasilia.unesco.org/areas/educa%C3%A7%C3%A3o/institucional/EFA/relat%C3%B3rios) / institucional/EFA /relatórios --Acesso em 04.05.2010.

_____. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) 2010: Alcançando os marginalizados - Relatório Conciso. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186525por.pdf>. Acesso em 15/08/2010.

_____. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) 2011: A crise oculta: conflitos armados e educação – Relatório Conciso. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186525por.pdf>. Acesso em 14/05/2011

TONET, Ivo. **Educação contra o capital** - Maceió: EDUFAL, 2007. P.93